Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS
Vol. 14 Nº 29, Julho - Dezembro de 2022
Universidade Federal do Rio Grande – FURG

A *educação popular* como método feminista de denúncia e (re) construção da realidade de mulheres no campo: um estudo de caso

Popular education as a feminist method to denounce and (re) construct the reality of women in the countryside: a case study

Celso Gabatz[*]
Rosângela Angelin[**]

Resumo: As vivências das mulheres no decorrer da história da humanidade têm sido atravessada por muitas interlocuções, algumas bastante drásticas, sobretudo, em relação às violências e aprisionamentos de seus corpos. Neste sentido, a presente abordagem se propõe a refletir sobre o lugar dos corpos das mulheres na contemporaneidade. Busca-se, para tanto, demandar uma análise de grupos de mulheres camponesas nas regiões Fronteira Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Estas, a partir de um processo de educação popular, foram desafiadas a acessar políticas públicas governamentais. O artigo acentua que a trajetória dos movimentos feministas e de mulheres criou uma metodologia de reflexão e de prática que condiz com os processos de educação popular e têm sido fundamentais para a geração de consciência crítica e a efetivação de ações práticas contra o capital e o patriarcado, criando espaços de libertação para as mulheres camponesas.
Palavras-Chave: Educação Popular. Mulheres Camponesas. Feminismo.

Abstract: The experiences of women throughout human history have been crossed by many interlocutions, some quite drastic, especially in relation to violence and imprisonment of their bodies. In this sense, the present approach proposes to reflect

[*] Professor Colaborador e Pós-Doutorando nas Faculdades EST. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Especialização em Ciência da Religião e em Docência no Ensino Superior. Possui Graduação em Teologia (Bacharelado) pelas Faculdades EST, São Leopoldo, RS. Graduação em Sociologia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Graduação em Filosofia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR) de Batatais, SP.
[**] Pós-Doutora nas Faculdades EST (São Leopoldo). Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha). Docente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu (Doutorado e Mestrado) em Direito e da Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo-RS.

on the place of women's bodies in contemporaneity. To this end, it seeks to demand an analysis of groups of peasant women in the Northwest and Missions Frontier regions of the State of Rio Grande do Sul (Brazil). These, from a popular education process, were challenged to access governmental public policies. The article emphasizes that the trajectory of the feminist and women's movements has created a methodology of reflection and practice that is consistent with the processes of popular education and has been fundamental for the generation of critical consciousness and the implementation of practical actions against capital and patriarchy, creating spaces of liberation for peasant women.
Keywords: Popular Education. Peasant Women. Feminism.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para que a gente escreve, se não é para juntar nossos pedacinhos?
Eduardo Galeano

As palavras de Eduardo Galeano despertam incomodamente a insistente realidade imposta no cotidiano das mulheres, de serem educadas para a subserviência de um modelo capitalista patriarcal que as oprime, subjuga e mata numa lógica perturbadora e de desigualdades indecentes. Teorias deterministas, bem como ideologias fundamentalistas e misóginas têm se alicerçado no imaginário comum no sentido de justificar a cidadania inferior das mulheres e mantê-las sob o domínio de estereótipos biologizantes.

Juntar os pedacinhos e resistir a tudo isso não tem sido um caminho nada fácil para as mulheres do Brasil, da América latina e de todo o mundo. Alguns lugares mais, outros menos, mas todos estão contaminados com o vírus do patriarcado, que tem sido uma ideologia capaz de ditar comportamentos, ações, aprisionar os corpos – em especial, das mulheres -, intervir na economia, na política e em todas as esferas públicas e privadas da sociedade, determinando identidades estereotipadas.

Processos de resistência de mulheres rumo a apropriação de seus corpos, sua autonomia e sua vida, têm sido marcados na história da humanidade através de ações coletivas, em especial, propiciadas por movimentos de mulheres e movimentos feministas que têm denunciado as arbitrariedades de todo o sistema

capitalista/patriarcal opressor e, de forma coletiva, resgatado elementos históricos que propiciam desnaturalizar estereótipos e, ao mesmo tempo, refletir vivências, se organizar para as lutas do cotidiano, conquistar direitos e o reconhecimento de serem *humanas*.

Tentando juntar alguns *pedacinhos* das histórias das mulheres, esta abordagem procura refletir sobre a importância das metodologias dos movimentos de mulheres e feministas que se utilizam de ferramentas consolidadas pelo amplo espectro da *educação popular* para gerar consciência e propiciar ações práticas contra o patriarcado. Mais especificamente, a pesquisa busca lançar um olhar para grupos de mulheres camponesas nas regiões Fronteira Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). A partir de um processo de educação popular estas foram desafiadas a acessar políticas públicas. Para trilhar este caminho, a partir de uma metodologia feminista que prima por desconstruir estereótipos femininos e analisar criticamente as realidades postas, o presente artigo sublinhará, brevemente, aspectos das histórias das mulheres, os movimentos de mulheres e feministas e as construções a partir da educação popular voltadas para os direitos humanos das mulheres do campo.

PATRIARCADO, CORPOS E PODER: (DES)CONSTRUINDO *HISTÓRIAS* DAS MULHERES

> *Las memorias [...] invitan a expresar de manera directa las luchas incesantes por visibilizar las realidades traumáticas y dolorosas que cada colectivo humano sobrelleva*.
>
> Adela Bork Vega

Ao trabalhar aspectos das *memórias coletivas* de fatos emblemáticos ocorridos, a socióloga chilena, Adela Bork Vega, reforça a necessidade e a importância de que estes sejam trazidos à tona. As memórias coletivas tem uma função de voltar-se para determinado coletivo humano, convidando-o a conhecer e refletir sobre realidades que foram traumáticas e doloridas (VEGA, 2016). Esse exercício é imprescindível para que se possa compreender melhor o que ocorreu nestes momentos históricos, quais as relações de poder existentes, os espaços

geográficos ocupados, os processos de construções identitárias e culturais, assim lutas e resistências ao poder hegemônico. Essa é uma tarefa da *educação popular*.

As histórias das mulheres envolvendo a história de seus corpos e o lugar deles na sociedade têm sido veladas no decorrer de milênios e mantidas à margem da história oficial, contada na sua quase totalidade por homens. Nos últimos períodos, em especial, depois do advento dos Movimentos Feministas, a recuperação da história das mulheres tem conquistado espaço em estudos científicos, tendo como aporte várias áreas do conhecimento, para poder (re)construir as histórias das mulheres. Embora a proximidade das mulheres com o meio ambiente natural tem sido um argumento para justificar relações de poder e naturalizar tarefas domésticas e de cuidado, como será tratado mais adiante, é evidente a proximidade desenvolvida entre ambas, em decorrência de diversos fatores, como o cuidado com a vida humana, o qual exigia um conhecimento mais detalhado da natureza, a fim de garantir o alimento e recursos utilizados para a cura de doenças. Porém, diante desta constatação, é importante não relativizar e, ao mesmo tempo, universalizar a proximidade entre mulheres e natureza, a fim de não se promover a *naturalização* das identidades femininas, baseadas em posicionamentos deterministas.

Muito pelo contrário; é preciso se ter presente que as identidades humanas jamais são fixas, mas contingentes e transitórias, construídas a partir de vivências e processos históricos que assumem aspectos conscientes e também inconscientes, o que tornam as identidades inconclusas e mutáveis (HALL, 2005). Ao se analisar a história da humanidade, constata-se nos últimos períodos, um movimento constante e nada ingênuo de fixar e naturalizar identidades femininas e masculinas, afirmando-se em aspectos biológicos dos corpos que são diferentes. Assim, nesta primeira parte da pesquisa será analisada a relação das mulheres com a natureza e como essa proximidade foi sendo utilizada nas relações de poder e construção das identidades femininas.

A evidência primeira da proximidade das mulheres com o meio ambiente natural é apresentada em descobertas arqueológicas e traz à tona a figura da *Deusa*, representando a *mãe terra*. Para a mitologia grega, todo o universo foi criado por Gaia, a *Mãe Terra*. Outras culturas e religiões pagãs antigas, como Vikings e Celtas, também cultuavam deusas, destacando relações de proximidade destas com a natureza, em especial no que se referia ao poder da fertilidade. A socióloga e jurista

austríaca, Riane Eisler, desenvolveu estudos voltados à releitura no âmbito da arqueologia, transitando, ao mesmo tempo, pelas áreas da antropologia, sociologia, história, arte e economia, com o propósito de situar o lugar das mulheres nas relações de gênero desde os primórdios da história. Seus estudos têm demonstrado o culto pelo corpo da mulher como um local mágico de vida, relacionando-o com fatos da natureza, como, por exemplo, corpos que sangravam de acordo com a lua ou corpos que a terra gerava para alimentar uma coletividade (EISLER, 1996). Por conseguinte, é compreensível a relação criada entre mulheres e natureza, assim como sua veneração que têm sido constatada por meio de indícios arqueológicos e correntes teóricas da antropologia.

A filósofa e historiadora francesa, Elisabeth Badinter, igualmente, desenvolveu estudos, na década de 1980, baseados na análise de padrões biológicos, comportamentais e culturais das relações firmadas entre mulheres e homens. Ela ressalta que, embora as mulheres tenham sido consideradas mais fracas fisicamente que os homens e portadoras de desequilíbrio de humor devido a menstruação, o que as tornava *naturalmente* submissas aos homens, que eram seres mais fortes, perspicazes, equilibrados, corajosos. A autora salienta que, recentemente, contribuições epistêmicas antropológicas começaram a questionar esta suposta *inferioridade* das mulheres em relação aos homens. Destas novas pesquisas surgiram explicações interessantes. Uma delas está baseada no fato de que, as mulheres, por serem genitoras e terem como tarefa alimentar e cuidar da prole, enquanto homens assumiam a tarefa de providenciar alimentos proteicos, redundava em maior exigência das mulheres em favor de uma mais aguçada inteligência e agilidade no trabalho de coleta de frutos e cereais. Isso se devia, em grande medida, pela necessidade das mulheres estarem atentas e serem eficazes diante dos perigos.

As mulheres, não por acaso, eram desafiadas a "manter maior atenção frente à necessidade de proteger e alimentar os filhos, bem como, de distraí-los e ensinar-lhes como se portar no mundo da vida" (BADINTER, 1986, p. 37). Para a antropóloga Nancy Tanner, as mulheres coletoras tiveram uma contribuição muito relevante na manutenção da espécie humana. Tanto que a prole de mães perspicazes foi consolidando ações que redundaram na capacidade de conseguir partilhar alimentos com os filhos obtendo vantagens evolutivas de grande significado (TANNER *apud* EISLER, 2007). Estas constatações, aqui descortinadas, revelam inúmeros

argumentos para a desconstrução de teorias nas quais as mulheres, supostamente, sempre teriam sido mais frágeis que os homens.

Outro aspecto trazido por Elisabeth Badinter referenda a importância das mulheres nos primórdios da humanidade em uma relação de proximidade com a natureza. Ela destaca o surgimento da agricultura enquanto invenção das mulheres a partir do exercício da coleta de alimentos. Por conta desta atividade elas teriam passado a observar que as sementes que caiam no solo germinavam e depois produziam alimento. Teriam sido elas, portanto, a iniciar a reprodução de forma estratégica e até artificial (BADINTER, 1986). Riane Eisler contribui com este entendimento quando chama a atenção para alguns mitos religiosos que acabavam atribuindo a criação ou invenção da agricultura a deusas, trazendo como exemplos, a deusa egípcia Isis e a deusa Ninlil retratada nas tábuas mediterrâneas. Com o fim da vida nômade, as atividades da agricultura passaram a ser divididas com os homens (EISLER, 2007).

Alícia Helda Puleo, professora de Filosofia Moral e Política na Universidade de Valladolid, na Espanha, têm realizado estudos voltados à compreensão do fenômeno do ecofeminismo e a desnaturalização da mulher como o gênero mais próximo do meio ambiente natural. Ela retoma pesquisas desenvolvidas pelo pensador François Poulain de la Barre que reiterava o fato de que as sociedades pré-históricas viviam relações mais igualitárias, embora existisse a divisão de tarefas entre homens e mulheres. Mesmo apresentando a tese da proximidade maior das mulheres com a natureza, o autor toma o cuidado de elucidar que os valores femininos foram forjados e deformados pela educação no âmbito das relações sociais. Ele buscou observar que as mulheres teriam sido dotadas de inteligência e, por conseguinte, eram merecedoras de reconhecimento e respeito. Ele destacava, de forma peculiar, o conhecimento das mulheres camponesas que, ao se dedicarem ao cultivo da terra, desenvolveram capacidades para realizar previsões meteorológicas, por vezes, mais acertadas do que os próprios astrólogos. De igual maneira, elas detinham conhecimentos medicinais que se sobrepunham e eram mais eficazes que as receitas disponibilizadas por médicos preparados para o exercício da medicina (PULEO, 2013).

O rememorar e o reconhecer de uma trajetória, sublinha a importância que as mulheres tiveram no decorrer da história da humanidade, embora grande parte dessa

perspectiva histórica tenha sido negligenciada e, não raro, esquecida. Tanto Eisler como a teóloga católica norte americana, Rosemary Radford Ruether, chamam a atenção de que, mesmo diante do elevado poder que as mulheres tinham nos períodos paleolítico e neolítico, não haveriam elementos que comprovem a existência de sociedades matriarcais, uma vez que as evidências encaminham-se para o entendimento de que nestas sociedades as relações humanas eram de parceria e cooperação, embora existisse a divisão sexual do trabalho (RUETHER, 1993; EISLER, 2007).

Chegou-se a um momento na história que a harmonia social foi sendo alterada por fatores como deslocamentos territoriais causados por catástrofes naturais que geraram destruição e fome, bem como, ocupações territoriais por populações que cultuavam deuses masculinos. Estas influências contribuíram para a organização social baseada na hierarquia, com conotações autoritárias e masculinas demonstradas, em especial, pela substituição do culto das *deusas* em detrimento da adoração monoteísta de um *deus* masculino. Isso serviu de fundamento para a cultura judaico-cristã, que mais tarde se desenvolveria com maior incidência (RUETHER, 1993). Esta realidade ensejou que as guerras e a violência passassem a ser uma constante. Substitui-se, portanto, a cultura de parceria por uma cultura de dominação (EISLER, 2007).

As mudanças religiosas de substituição das deusas por um deus monoteísta aprofundaram as relações de dominação. O cristianismo, como religião patriarcal baseada na trindade masculina *Pai, Filho e Espírito Santo* aprofundou esta dominação masculina, a ponto de existir a proibição do culto às *deusas,* afastando, por extensão, a sociedade ocidental do culto à natureza, desenvolvido pelas religiões pagãs. O *teocentrismo* cedeu lugar ao *antropocentrismo*. Por decorrência, a ascensão das artes, da ciência e da filosofia seguiram um caminho oposto ao da teologia cristã, gerando instabilidade nas hierarquias do poder constituído dentro da igreja católica. Para reconquistar o prestígio que estava se perdendo, a igreja aliou-se ao poder dominante e consolidou os *Tribunais da Inquisição* que perseguiam, entre outros, também as mulheres camponesas, com a desculpa de que estas tinham algum pacto com o diabo e eram as culpadas por toda a sorte de coisas ruins que aconteciam. Evidencia-se, pois, uma perseguição de conotação religiosa e política, mas, também, sexual (EHRENREICH; ENGLISH, 1984).

Embora os dados sobre os Tribunais da Inquisição não sejam muito precisos, acredita-se que cerca de 9 milhões de pessoas tenham passado pelo processo dos *Tribunais da Inquisição*. As pessoas eram acusadas, julgadas e mortas. Acredita-se que mais de 80% de quem era condenado à morte compunha o grupo das mulheres, crianças e moças (MENSCHIK, 1977). As mulheres perseguidas e mortas eram conhecidas como *bruxas*. Tratava-se de parteiras, médicas e enfermeiras sem um título, mas, que traziam consigo e aplicavam conhecimentos milenares envolvendo plantas medicinais utilizadas para curar doenças nas comunidades. Estas atividades garantiam um elevado reconhecimento social e o respeito por parte de quem se sentia auxiliado e alguma forma. Não por acaso, esta conjuntura causava desconforto, em especial na estrutura de uma igreja patriarcal que não hesitava em impor o culto a um deus masculino. Estas mulheres eram vistas como um símbolo do mal, relacionadas com a natureza e, portanto, portadoras do poder de provocar doenças, tempestades, pestes e até matar crianças. Eram consideradas desordeiras e, como a natureza em desordem, era preciso controlá-las (GEBARA, 1997, p. 10).[1] A feminista italiana, Silvia Federici,[2] resume o discurso difamador e instigador de violência contra as mulheres:

> La caza de brujas no sólo santificaba la supremacía masculina, también inducía a los hombres a temer a las mujeres e incluso a verlas como destructoras del sexo masculino. Según publicaban los autores de *Malleus Malificarum*, las mujeres son hermosas cuando se les mira pero contaminan cuando se las toca; atraen a los hombres, pero sólo para debilitarles; hacen todo para complacerles, pero el placer que dan es más amargo que la muerte, pues sus vicios cuestan a los hombres la pérdida de sus almas-y tal vez sus órganos sexuales (FEDERICI, 2010, p. 259).

Trata-se de um período de muita violência psíquica, física e de extermínio. As mulheres perseguidas e mortas pela Inquisição, como já referido anteriormente, passaram as ser conhecidas como *bruxas*. Elas, na verdade, eram camponesas que

[1] Em relação a dominação da natureza pelos seres humanos é importante destacar os períodos da Renascença (século XVI) e Revolução Científica (século XVII), que reduziram a natureza a formas racionais, sendo que os homens passam a se denominar como os grandes conhecedores da natureza, suscitando a ideia de expansão e manipulação desta para as ditas necessidades humanas (RUETHER, 1993, p. 75).

[2] A militante feminista e professora da Hofstra University, em Nova York, Silvia Federici, em sua obra *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación primitiva* (2010), desenvolveu um significativo resgate histórico acerca das mulheres na transição do feudalismo para o capitalismo, desvendando alguns aspectos da vida das mulheres naquele período.

traziam consigo e aplicavam conhecimentos milenares envolvendo plantas medicinais utilizadas para controlar a gravidez[3] e curar doenças, além de exercerem o oficio de parteiras, médicas e enfermeiras sem uma formação instrumental efetiva (ANGELIN, 2005; ANGELIN, 2015).

Com o advento do modo de produção capitalista, as diferenças e desigualdades nas relações de gênero intensificaram-se, reforçando o papel estratégico das mulheres no espaço privado, condição vinculada à *natureza* biológica, enquanto aos homens era reconhecido o papel de *vital provedor* do lar. O trabalho das mulheres no mundo privado era considerado um trabalho executado por *amor* e, portanto, gratuito, servindo de forma habilidosa para reduzir os custos do salário dos homens, já que neste caso, os empregadores não teriam o compromisso de pagar pela prestação de serviços domésticos (ANGELIN, 2014).

A primeira e a segunda Guerra Mundial contribuíram para abalar esta organização dos papéis patriarcais capitalistas nas relações de gênero. Os homens foram para os campos de batalha e, diante deste novo cenário, o trabalho feminino foi requisitado de modo a suprir as vagas deixadas pelos homens nas fábricas e indústrias. Vale destacar que, embora elas exercessem as mesmas tarefas que os homens, os salários eram mais baixos. Elas eram ainda obrigadas a manter, concomitantemente, o cuidado com a casa, os filhos e as pessoas doentes. Enraizou-se a ideia de que o papel do cuidado e das obrigações domésticas era algo inerente às mulheres. Embora a sobrecarga de trabalho seja evidente, as mulheres, paulatinamente, foram ocupando o seu espaço na vida pública. Elas tiveram êxito nas atividades desenvolvidas até então pelos homens, iniciando um processo de empoderamento e ressignificação de suas identidades, bem como, o despertar pela consolidação de melhores e mais dignas condições para o seu trabalho (PERROT, 2007).

[3] Por conhecer as plantas medicinais e seus efeitos sobre os corpos humanos, as mulheres tinham a possibilidade de controlar a reprodução humana e interromper a gravidez quando considerassem necessário, e o faziam no contexto da Idade Média, em especial frente a situação econômica miserável em que viviam. Foram contextos sociais e religiosos que proibiram o aborto. Diante da catástrofe da *Peste Negra*, responsável pelo extermínio de aproximadamente um terço da população europeia, era preciso repovoar o território e, por isso, a interrupção voluntária da gravidez passou a ser proibida e anunciada pela igreja como um grave *pecado*. Este também era um motivo relevante para o julgamento nos tribunais da *Inquisição* (FEDERICI, 2010). Antes tida como uma decisão privada das mulheres referente ao seu próprio corpo, a interrupção voluntária da gravidez passou a ser controlada pelo Estado e pela Igreja.

Este novo cenário corroborou para que os Movimentos Feministas, na esteira das teorias ensejadas pela pensadora francesa Simone de Beauvoir (1968), de que não se nasce mulher, mas, sim, torna-se mulher, sugeriam a derrocada de argumentações voltadas para um destino biologicamente determinante das identidades femininas. A antropóloga latino americana e professora da Universidade Nacional Autônoma do México, Marcela Lagarde y de los Ríos, ampliou algumas das questões anteriores ao afirmar que a cultura de um povo e a dimensão da existência das pessoas seriam determinantes para as concepções de mundo. Em última análise, se trataria de uma construção histórica a ser cotidianamente reafirmada. Para a autora, a cultura é resultado da "distinción humana resultante de las diversas formas de relación dialéctica entre las características biológicas y las características sociales de los seres humanos" (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011, p. 57).[4]

No caso das identidades das mulheres, o que as relações patriarcais têm imposto como *natural* é a ideia de que as características biológicas (menstruar, engravidar, ter filhos, amamentar, entrar na menopausa) definem as mulheres e, por óbvio, estas são parte da natureza, devendo seguir as suas leis. Nesta concepção, as mulheres seriam "débil por naturaleza, obstinada y Dulce por naturaleza, maternal por naturaleza, estúpida por naturaleza, y también pérfida y amoral por naturaleza", não sendo consideradas mulheres 'normais' as que busquem fugir destes padrões (BASAGLIA *apud* LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011, p. 56, Nota de Rodapé n. 1).

Maria Encarna Sanahuja Yll, Professora de Pré-história na Universidade Autônoma de Barcelona, explica em seus estudos que a naturalização dos papéis femininos nas relações sociais contribui para a discriminação e dominação, sendo resultado de uma ideologia androcêntria que supervaloriza o controle exercido pelos homens em relação ao meio ambiente e das tecnologias, "negando así la sujeción humana a la naturaleza y también la materialidad del cuerpo" (YLL, 2007, p. 88). É preciso salientar, nesta direção, que processos históricos continuam sendo capazes de justificar a exclusão das mulheres, a sua dominação e inferioridade com bases no argumento da *natureza feminina*. Neste sentido, "es imprescindible desarrollar la

[4] As constatações feitas não se colocam ao lado do *relativismo cultural* que justifica os comportamentos das pessoas a partir de uma cultura. Portanto, intocável. Terry Eagleton salienta que as pessoas não são criaturas inteiramente culturais e, assim, não se deveria absolutizar uma base cultural, mas, relativiza-la em relação ao mundo. Para o autor, existem algumas necessidades e especificidades que são naturais a todos os seres humanos, independentes da cultura na qual estes tenham sido forjados (EAGLETON, 2005, p. 134; 144).

consciencia de *ser históricas* y, al vivir, ser sujetas de la historia. Despojarnos de los ropajes metafóricos que nos animalizan e nos homologan con la tierra y asumir nuestra condición identitaria de *humanas"* (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011, p. 31).

EDUCAÇÃO POPULAR COMO MÉTODO FEMINISTA DE DENÚNCIA E (RE) CONSTRUÇÃO DA REALIDADE DE MULHERES DO CAMPO

> *Ha sido el feminismo, sim embargo, la contribución más significativa en la reflexión sobre la condición de la mujer.*
> Marcela Lagarde y de los Ríos (2011)

> *Mujer, desierta! Las campanas de la razón se deja oír en todo el universo! Reconoce tus derechos!*
> Olympe de Gouges (in D'ATRI, 2004)

A ordem de domínio nada ingênua sobre as mulheres segue sendo um fator influente na vida de todas, embora em graus diferenciados, conotando relações de poder difíceis de ser rompidas, pois foram *naturalizadas*.[5] A socióloga Heleieth Iara Bongiovani Saffioti destaca que as mulheres são educadas para conviver com a impotência diante da vida, enquanto os homens são socializados para serem fortes e para o exercício do poder (SAFFIOTI, 2015). Porém, mesmo com a força do patriarcado, mulheres, em distintos contextos históricos, sociais e culturais, têm se organizado coletivamente para ocupar o seu lugar na sociedade. As mais significativas organizações de mulheres ocorreram através de movimentos feministas e movimentos de mulheres.

O feminismo não se apresenta como uma ideologia nova na medida em que temas envolvendo o lugar das mulheres são recorrentes na história da humanidade. Porém, hodiernamente, o feminismo tem sido uma das poucas teorias ideológicas que tem questionado profundamente a forma como as relações humanas vem se organizado. Este processo tem gerado múltiplas possibilidades de humanização a

[5] "El patriarcado es un orden social genérico de poder, basado en un modo de dominación cuyo paradigma es el hombre. Este orden asegura la supremacía de los hombres y de lo masculino sobre la inferiorización previa de las mujeres e de lo femenino. Es asimismo un orden de dominio de unos hombres sobre los otros y de enajenación entre las mujeres. [...] las mujeres en distintos grados son expropiadas y sometidas a opresión de manera predeterminada" (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2001, p. 56).

partir da resistência e as quebras de pactos de subordinação (EISLER, 2007), destacando-se o caráter plural e heterogêneo dos movimentos.

Uma das mais significativas contribuições proporcionadas pelo feminismo à vida das mulheres segue sendo a capacidade de refletir sobre a realidade e perceber que ainda falta o reconhecimento do conjunto da sociedade para com as mulheres enquanto seres *humanas* completas, tanto nos espaços privados como nos ambientes públicos. O feminismo permitiu mudanças estruturais nas relações humanas, libertando as mulheres da investidura da opressão e do domínio, a partir do argumento que são seres pertencentes à natureza. Reconhecer que são seres históricos e, ao mesmo tempo, submetidas à história, tem instigado mulheres a se apropriarem das rédeas de suas próprias vidas, tanto de maneira coletiva como individual (LAGARDE Y DE LOS RÍOS, 2011).

Por conta do impacto dos movimentos feministas e de mulheres para a conquista de direitos humanos essenciais, é primordial destacar um elemento que tem acompanhado os processos reivindicatórios: a metodologia reconhecida na América Latina como *educação popular*. Trata-se de uma ação que postula o conhecimento do espaço onde se vive, refletindo a complexidade do entorno a partir de questões sociais, econômicas, ambientais, humanas, entre outras nas quais as mulheres estão inseridas.[6] Paulo Freire, precursor desta forma de educação popular no Brasil, destaca a importância de que os processos educativos, tanto formais, quanto informais, sejam problematizados e refletidos a partir do contexto vivido: "é preciso que a educação esteja [...] adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...]" (FREIRE, 1980, p. 39).

Esta tem sido a metodologia dos movimentos feministas e de mulheres, nas suas trajetórias de lutas, primando por trazer elementos contundentes para denunciar e refletir criticamente acerca da realidade das mulheres, propiciando a desconstrução da ideologia patriarcal e, ao mesmo tempo, a (re) construção de novas formas de se conceber as relações humanas e o espaço das mulheres na sociedade. A

[6] No século XIX, a expressão Educação Popular era cunhada para referir-se a educação pública, sendo que o no século XX o termo tomou outra conotação, ou seja, foi utilizado para designar programas de formação política e cultural voltados para a classe trabalhadora (JARA, 2013, p. 47).

educação popular, nesta dimensão, oportuniza a tomada de consciência das relações de gênero, consolidando uma base cultural. A educação e a cultura são produtos históricos gerados pela ação humana e suas relações. Significa que por meio delas é possível delinear novos rumos históricos e/ou manter o poder vigente (ANDRIOLI, 2009). Os movimentos feministas e de mulheres tem demonstrado, no decorrer da história, que essa metodologia da educação popular voltada para a reflexão crítica, gera ações coletivas que interferem diretamente na realidade social. No caso das mulheres, há um impacto no reconhecimento identitário e na redistribuição de renda, a partir de leis e políticas públicas e nas mudanças nos espaços privados e familiares.

A educadora, Conceição Paludo, destaca que a educação popular é uma metodologia de conhecimento e uma prática educativa emancipatória. Para a autora, por meio da educação popular é possível explicitar processos de resistência numa perspectiva contra hegemônica (PALUDO, 2015) a exemplo dos movimentos feministas e de mulheres em relação ao patriarcado.

> [...] se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, assim como de contra hegemonia ao padrão de sociabilidade por ele difundida. Construída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida, na América Latina, enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital (PALUDO, 2015, p. 220).

É nesta perspectiva que os movimentos feministas e os movimentos de mulheres no Brasil tem se pautado, construindo alternativas de mudanças nas relações sociais e jurídicas. Um movimento reivindicatório importante, nesta direção, é das mulheres do campo que, uma vez organizadas, conseguiram garantir a constitucionalização de direitos de cidadania, como o reconhecimento enquanto trabalhadoras e, por conseguinte, os respectivos direitos e garantias correlatas. A igualdade isonômica é um dos principais fundamentos republicanos apregoados pela Constituição Federal de 1988. Por isso, tanto o Estado como os movimentos sociais se ocupam com a efetivação da isonomia, principalmente, através de políticas públicas governamentais que criam condições de acesso aos direitos preconizados.

Não se pode esquecer que a positivação dos direitos, assim como de políticas públicas que os viabilizem, tem sido resultado da pressão dos movimentos feministas e de todo o processo de tomada de consciência da situação das mulheres. A realidade histórica precedente fez com que houvesse uma busca pelo reconhecimento identitário e a redistribuição de renda. Uma pergunta que sempre é preciso ser considerada diante da implementação de políticas públicas, é se elas, de fato estão contribuindo para gerar cidadania para as mulheres e até que ponto elas conseguem propiciar reflexões baseadas na educação popular? Para refletir sobre isso, apresenta-se, brevemente, um exemplo da execução do Projeto *Fomento a Grupos Produtivos de Agricultoras das Regiões Fronteira Noroeste e Missões,* realizado junto a 80 mulheres camponesas de 08 municípios, entre os anos de 2011 a 2014, executado pela ONG AREDE (Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa) que adota a metodologia da educação popular, tendo como pano de fundo o feminismo (ANGELIN, 2015).[7]

O projeto que tinha como escopo central a geração de renda a partir do acesso de políticas públicas, entabulou a reflexão crítica da situação das mulheres, da agricultura familiar e segurança alimentar, buscando desvelar as relações patriarcais no meio rural e de que forma esta gerava consequências na vida das mulheres e de suas famílias. Importante destacar que na medida em que se discutia e acessava as políticas públicas existentes, a intenção era também refletir sobre as limitações no campo de sua efetivação.

Não se pode esquecer que, com os direitos conquistados a partir da carta magna de 1988, outros direitos de cidadania foram sendo acessados, como, por exemplo: direitos previdenciários e a licença maternidade. As conquistas foram um marco significativo de mudanças na vida das mulheres camponesas que, em geral, trabalham em regime familiar. Os direitos oportunizados pela carta constitucional foram precedidos de uma ação estatal bastante significativa, sobretudo, no que se refere à implementação de políticas públicas voltadas para este público, em especial,

[7] Este projeto foi desenvolvido em parceria com o então extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE).

quando se criou no governo federal um espaço para pensar políticas públicas para mulheres do campo, das águas e da floresta.[8]

As políticas públicas voltadas para grupos de mulheres têm se demonstrado bastante acessíveis, buscando corrigir problemas sociais diversos que vão desde a seara econômica até questões de ordem cultural e étnica. No que se refere às políticas públicas para camponesas, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar, chamado *PRONAF Mulher*, instituído pelo Governo Federal em 2004, com o propósito de financiar iniciativas de geração de renda para mulheres na agricultura familiar, com juros reduzidos. O êxito do programa não foi o esperado.[9] Nos grupos de mulheres acompanhados pelo projeto em questão, embora houvesse a tentativa de organizar as mulheres para acessarem o Programa, houve limitações muito significativas: a) o marido não achava conveniente acessar esta política; b) tinham medo de não conseguir pagar depois e, c) iria ser mais um trabalho para fazer e que elas se sentiam cansadas. Em muitos casos nos quais as mulheres acessavam o Programa, a mudança nas suas vidas era visível, em outros, o que se constatou foi que, na realidade, quem utilizava o recurso era o marido (ANGELIN, 2015).

Quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), algumas famílias participavam e outras aderiram, relatando a melhoria nas condições da vida familiar, porém, não raro, as mulheres não tinham acesso aos recursos e/ou a decisão sobre ele. Em alguns casos, eram desestimuladas pelos companheiros a ingressarem nestes programas ou em qualquer atividade extra para geração de renda com a desculpa de que elas não precisavam de dinheiro e, em caso de necessidade, bastava pedir para os companheiros. Em algumas situações, inclusive, elas mesmas reconheciam que sua jornada de trabalho era tão sobrecarregada que não havia como assumirem mais responsabilidades. Desafiadas a dividir o trabalho doméstico, de cunho invisível, para poderem, então, se envolver

[8] "As políticas públicas de ação afirmativa são iniciativas de ordem governamental e não governamental com a finalidade de adotar medidas que visem à equidade de tratamento entre pessoas que ocupam posições desiguais. Essas ações promovem um tratamento diferenciado a certos grupos que estejam em desvantagem de condições e oportunidades sociais em relação a outros grupos. Preveem, portanto, que seja alcançado o equilíbrio das relações sociais entre os diversos grupos da sociedade, colocando-as em mesmo patamar de igualdade de oportunidades" (CUSTÓDIO; LIMA, 2008, p. 248).

[9] Ver ARAUJO et. al, 2016. Disponível em: http://www.congressods.com.br/quinto/anais/gt_06/PRONAF%20MULHER%20E%20O%20EMPODERAMENTO%20DE%20TRABALHADORAS.pdf. Acesso em: 27 de Ago. 2021.

com outros afazeres que gerassem renda, as mesmas reconheciam que isso demandaria muitos *confrontos* familiares. Algo que, em geral, elas não estavam dispostas a fazer. Por conseguinte, embora apossadas de uma maior consciência acerca de sua condição de precariedade na sociedade e também no contexto familiar, para a grande maioria das mulheres, a cultura patriarcal se mostrava como uma barreira quase intransponível.

À época, o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou inúmeros espaços de debate com mulheres camponesas de todo o Brasil para qualificar as políticas públicas voltadas a elas, bem como, diversos programas importantes.[10] Destaca-se, entrementes, o programa de Assistência Técnica e Extensão Rural voltado para camponesas, o *ATER Mulheres*, criado como uma política pública com a disposição para:

> [...] fortalecer a autonomia econômica das mulheres e reconhecer seu papel como agricultoras. Um de seus grandes diferenciais como ATER específica é a oferta de recreação infantil, que possibilita que a mulher participe com qualidade das atividades. Desde 2004, aproximadamente 60 mil mulheres foram atendidas pela ATER mulheres (BRASIL, 2015, p.7).

A experiência desenvolvida em todo o Brasil rendeu bons frutos, atendendo, entre os anos de 2014 e 2015, aproximadamente, 60 mil mulheres (BRASIL, 2015). Em relação ao trabalho de acompanhamento de mulheres por meio de Projetos da ONG AREDE, destaca-se a assessoria técnica para a produção e comercialização em feiras municipais de produtos *in natura*, com manuseio agroecológico, bem como, a fabricação de produtos oriundos de farináceos. A maioria das mulheres participantes aderiu ao manuseio agroecológico, porém, no tocante a comercialização dos produtos *in natura* e processados, afirmavam estar interessadas somente para fazer para as

[10] "No período de 2003-2010 foram implantados programas que objetivavam garantir cidadania e inclusão produtiva para as mulheres, tais como: Programa Nacional de Documentação da trabalhadora Rural (2004); Crédito especial para Mulheres – Pronaf Mulher (2003/2004); As assistência técnica Setorial para Mulheres (2005); Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008); Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008).No período subsequente, de 2011 a 2013, destaca-se a agenda de combate à miséria extrema com o Plano Brasil Sem Miséria, e as políticas públicas vão incorporando, cada vez mais, a transversalidade de gênero, com destaque para a efetivação de cotas de atendimento e de aplicação de recursos específicas para mulheres, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos e das Chamadas Públicas para seleção de Prestadoras de Serviços de Assistência técnica (Ater)" (HORA; BUTTO *in* BUTTO et. al. 2014).

suas famílias, denotando uma forte tendência de buscar o bem estar familiar e não considerar suas vontades próprias. Uma situação típica da cultura patriarcal. As que se desafiaram a produzir e comercializar seus produtos, enfatizaram que, na medida em que vinham colocando dinheiro dentro de casa, seus maridos passaram a respeitá-las mais e, alguns até acabaram auxiliando mais nas tarefas diárias. Mesmo assim, constatou-se que a comercialização dos produtos era feita mais pelos homens, enquanto as mulheres se dedicavam à produção (ANGELIN, 2015), reforçando a manutenção da divisão do espaço público (homens) e do privado (mulheres).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criando no Brasil pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 com a finalidade de promover o acesso à alimentação, bem como, realizar um maior incentivo à produção de alimentos para comercialização nos Estados, Municípios e órgãos federais. De acordo com o Ministério da Cidadania, "o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, [...] e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino" (BRASIL, Ministério da Cidadania, s.a., s.p.). Interessante observar que as mulheres passaram a participar mais ativamente do PAA, recebendo incentivo governamental.

> O incentivo à maior inclusão feminina no PAA começou a fazer parte das políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor a partir de 2011, quando foi instituído como um dos critérios de priorização na seleção e execução do programa a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS) e 30% na de Formação de Estoque (CPR-Estoque). [...] Em 2011, quando foi instituído como um dos critérios de priorização na seleção e execução do programa, a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras, apenas 27% das mulheres participavam do PAA. Em 2016, quando consolidou a valorização de sua mão de obra, o aumento da renda e a garantia de sua inserção socioeconômica, alcançou 57%. O estudo da Conab aponta que a maior parcela de participação das mulheres, por região em 2019, concentra-se no Sudeste (88%), seguida pelo Nordeste (84%), Centro-Oeste (80%), Norte (67%) e Sul (65%). Em relação à renda média anual, a maior remuneração ocorreu no Centro-Oeste, R$ 7.033,87, e a menor na Região Sul, R$ 6.619,70. (PAA MULHRES..., 2020, s.p.).

Após esta breve exposição do caso proposto envolvendo políticas públicas, importante se faz analisa-las sob a perspectiva das teorias da redistribuição econômica e do reconhecimento de gênero. Para tanto, utiliza-se aqui as contribuições da filósofa e feminista estadunidense, Nancy Fraser, e do filósofo alemão, Axel Honneth. Os aportes de ambos contribuem para um maior aprofundamento da compreensão das políticas públicas e seus efeitos para as camponesas citadas nesta abordagem. Fraser volta seus estudos para o tema da justiça e a participação democrática, assim como, a busca da alteração do *status* social através da redistribuição. A justificativa decorre do fato de que um grupo, em particular, como o das mulheres do campo, tenha a possibilidade de uma participação integral e paritária na vida da sociedade, interagindo igualmente com os demais membros. Para acabar com a submissão das mulheres, segundo a autora, é preciso que haja uma redistribuição de renda, pois, quando as mulheres tiverem renda, haverão de se sentir mais empoderadas e começarão a participar dos espaços públicos e das decisões, de forma paritária e, automaticamente, haverá uma mudança de *status social.* Elas terão reconhecimento alcançando a justiça social. Para Fraser, cabe ao Estado criar políticas transformadoras capazes de realizar esta redistribuição (FRASER, 2007, p. 127).

Nesta perspectiva de redistribuição é possível perceber junto às camponesas acompanhadas pelo projeto que, aquelas que acessaram o *PRONAF Mulher* e as que realizaram alguma atividade de geração renda, sentiram-se mais empoderadas. Percebeu-se ainda um envolvimento mais ativo no âmbito das comunidades rurais, nas próprias decisões familiares e, sobretudo, em questões privadas. Como, por exemplo, na aquisição de bens pessoais ou familiares sem a necessidade de solicitar recursos ao marido. Ele que, em geral, é o controlador da renda familiar. Algumas também começaram a participar mais da vida social no seu entorno. Tal constatação comprova que os recursos econômicos são uma forte maneira de dominação sobre as mulheres no espaço rural.

Axel Honneth defende que o reconhecimento não é uma questão de justiça, mas, sim, ética, pois os sujeitos precisam ser reconhecidos por outros sujeitos. Trata-se de uma condição necessária para a formação de uma subjetividade integral e não distorcida. Ele apresenta os conflitos sociais numa visão de busca intersubjetiva dos sujeitos e da coletividade, colocando a questão da luta pela dignidade humana e a

diversidade cultural acima da necessidade de distribuição econômica, considerando o autoconhecimento uma categoria fundamental na busca pelo reconhecimento (HONNETH, 2003). Embora as mulheres camponesas lutem por redistribuição econômica, a questão cultural e identitária, segue sendo importante nas relações sociais pautadas pelo exercício do poder.

Neste sentido, abordar o reconhecimento das identidades das mulheres que se encontram no meio rural é relevante, pois é através do autoconhecimento que elas poderão ter presente, com mais clareza e discernimento, a sua própria condição. Assumindo a efetiva percepção acerca do desrespeito e a violação de direitos humanos que lhes são negados. A educação popular em seu horizonte crítico e reflexivo, pode contribuir, sobremaneira, para que tenhamos melhores condições para o desenvolvimento de políticas públicas assim como o trabalho realizado pelas mulheres nos âmbito das políticas públicas engendra, por extensão, caminhos para que a educação popular retrate uma perspectiva transformadora com vistas a equidade e a plena cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta abordagem, é ilustrativo retomar as palavras de Eduardo Galeano que serviram como escopo referencial na abertura deste artigo. *"Para que a gente escreve, se não para juntar nossos pedacinhos?"* Na verdade, são muitos *pedacinhos* das histórias das mulheres que precisam ser (re) juntados, rememorados, refletidos e superados para se atingir uma sociedade na qual a convivência esteja ancorada nas diretrizes de parceria e cooperação humana. Escrever sobre esses *pedacinhos* refletidos conjuntamente com mulheres e movimentos é, sem dúvida, resultado de processos de educação popular.

A trajetória dos movimentos feministas e de mulheres demonstra uma metodologia de reflexão e de prática que condizem com o processo de educação popular. Isso é fundamental para a geração de consciência crítica e para a efetivação de ações práticas contra o capital e o patriarcado. Ficou destacado nesta pesquisa que procurou desnaturalizar a condição feminina a partir de memórias históricas, bem como, através de um olhar para o trabalho de cunho feminista e de educação popular realizado junto a grupos de mulheres camponesas nas regiões Fronteira Noroeste e

Missões do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil) que a força do patriarcado ainda se encontra muito presente no cotidiano das mulheres, em especial, das agricultoras que vivem de maneira mais isolada em comparação com as mulheres que residem nas áreas urbanas. O poder, como categoria das relações sociais, exercido sobre os corpos é um fator determinante nas relações patriarcais, pois é capaz de *cristalizar-se* tanto nas instituições civis como no âmbito do Estado.

Embora o Projeto desenvolvido estivesse lastreado pela metodologia da educação popular, com premissas feministas e as mulheres diretamente envolvidas nos debates, reconhecendo e se apropriando de novos elementos para as suas vidas, ainda assim, é preciso sublinhar que estas se sentiam frágeis para lutar contra uma conjuntura bastante adversa. Isso significa, em última análise, que não bastam leis e políticas públicas para gerar o reconhecimento e a redistribuição de renda para as mulheres. É preciso que a luta contra o patriarcado se descortine por meio de frentes coletivas de modo que as transformações se tornem efetivas, em uma dimensão simbólica, política e cultural.

Pode-se, assim, apontar dois possíveis caminhos para potencializar o acesso às políticas públicas para mulheres e a geração de renda, através de reflexões ensejadas pela educação popular: o primeiro é que elas tenham um conhecimento da existência e do funcionamento dessas políticas através de instituições que trabalham com a agricultura familiar e, segundo, que essas instituições realizem um trabalho educacional não só para as mulheres, mas, para as famílias envolvidas. É preciso, entrementes, auxiliar neste acesso às políticas públicas, acompanhando a produção, a industrialização e comercialização de produtos, envolvendo, prioritariamente, as próprias mulheres. É a partir da ação que também se faz a reflexão e vice-versa.

Os movimentos feministas e de mulheres têm sido decisivos na quebra de paradigmas, na desnaturalização de estereótipos, na denúncia das arbitrariedades e na promoção social e jurídica de avanços para se alcançar relações de gênero mais equitativas e humanas e na efetivação de direitos e políticas públicas. A despeito das políticas públicas e os direitos que puderam ser alcançados, a sua efetivação segue limitada por amarras patriarcais. Portanto, são vários os desafios que se apresentam para que as mulheres do campo conheçam e acessem as políticas públicas disponíveis. Ainda, é fundamental seguir refletindo e trabalhando para que a redistribuição de renda e o reconhecimento identitário das mulheres consiga ser

alcançado e se concretize de forma paritária e efetiva nos espaços públicos e privados.

Fica o convite para seguirmos *juntando nossos pedacinhos* coletivamente.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Antônio Inácio. A educação cooperativa numa perspectiva marxista. **Revista Espaço Acadêmico**. N. 103. Ano IX. Dez. 2009.

ANGELIN, Rosângela. A "Caça às bruxas": uma interpretação feminista. **Revista Espaço Acadêmico.** Vol. 5, nº 53, Out. 2005.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica. Acesso em: 03 de Fev. 2022.

ANGELIN, Rosângela. Direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres: avanços e desafios na construção da democracia. **Coisas do Gênero**. v.1 n. 2 jul.-dez. São Leopoldo, 2015. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2616/2464. Acesso em: 02 de Fev. 2022.

ANGELIN, Rosângela [Org.]. **Por onde caminham as mulheres agricultoras***:* vivências e desafios de grupos produtivos. Santo Ângelo/RS: FuRI, 2015.

ARAUJO, Maria do Perpétuo Socorro Nassau, et al. PRONAF MULHER E O EMPODERAMENTO DE TRABALHADORAS RURAIS. **V Congresso em Desenvolvimento Social: Estado, Meio Ambiente e Desenvolvimento.** 2016. Disponível em: http://www.congressods.com.br/quinto/anais/gt_06/PRONAF%20MULHER%20E%20O%20EMPODERAMENTO%20DE%20TRABALHADORAS.pdf. Acesso em: 16 de Fev. 2022.

BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro.** Relações entre homens e mulheres**.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BEAUVOIR, Simone. **Das andere Geschlecht:** Sitte und Sexus der Frau. Hamburg: Rowohlt, 1968.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ministério da Cidadania. S.a. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/paa. Acesso em: 16 de Fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Documento de Referência:** 2ª CNATER. Brasília, DF, 2015. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/0B6snQGKFGmjHSVF4NoMwRHc4Mjg/view. Acesso em: 16 de Fev. 2022.

CUSTÓDIO, André Viana; LIMA, Fernanda da Silva. As políticas públicas para a concretização dos direitos de crianças e adolescentes negros no Brasil. In: WOLKMER, Antônio Carlos; VIEIRA, Reginaldo de Souza (Org.). **Estado, Política e Direito**: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2008.

D' ATRI, Andrea. **Pan y Rosas***:* Pertenencia de género y antagonismo de clase en el capitalismo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Argentina: Ediciones Las armas de la crítica, 2004.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. **Hexen, Hebammen und Krankenschwestern**. München: Frauenoffensive, 1984.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada:** nosso passado, nosso futuro. Rocco: Rio de Janeiro, 2007.

EISLER, Riane. **O prazer sagrado:** sexo, mito e política do corpo. São Paulo: Palas Athena, 1996.

FEDERICI, Silvia. **Calibán y la bruja.** Mujeres, cuerpo y acumulación primitiva. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Revista Lua Nova.** São Paulo, 70, 2007, p. 101-138.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

HONNETH, Axel**. Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas Públicas para mulheres rurais no contesto dos territórios da cidadania. BUTTO, Andréa et. al. Mulheres rurais e autonomia: **Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

JARA, Oscar H. **A sistematização de experiências***:* prática e teoria para outros mundos possíveis. Brasilia, DF: CONTAG, 2012.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Género y feminismo**: desarrollo humano y democracia. Madrid: horas y HORAS, 2001.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres***:* Madresposas, monjas, putas, presas y locas. Madrid: Romanyà Vakks, 2011.

MENSCHIK, Jutta. **Feminismus, geschichte, theorie und praxis.** Köln: Verlag Pahl Rugenstein, 1977.

[PAA] MULHERES representam 80% dos fornecedores de produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Cafeicultura**. 2020. Disponível em: https://revistacafeicultura.com.br/?mat=69784. Acesso em: 16 de Fev. 2022.

PALUDO, Conceição. Educação Popular como resistência e emancipação humana**. Cadernos Cedes.** Campinas, Vol. 35, n. 96, Maio-Ago., 2015, p. 219-238.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PULEO, Alícia H. **Ecofeminismo:** para otro mundo posible. Valência (Espanha): Ediciones Cátedra Universidad de Valência – Instituto de la Mujer, 2013.

RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e Religião***:* rumo a uma teologia feminina. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero Patriarcado Violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

VEGA, Adela Bork. Variantes e Invariantes de las memorias colectivas y Emblemáticas en el contexto latinoamericano: el caso chileno. **Revista de Filosofía Aurora**, Curitiba, Vol. 28, n. 43, Jan-Abr, 2016, p. 187-204.

YLL, Encarna Sanahuja. **La cotidianeidad en la prehistoria:** la vida y su sostenimiento. Mujeres, Voces y Propuestas. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2007.

Recebido em Agosto de 2022
Aprovado em Outubro de 2022